

Balancos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro 2001 e 2000
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
	Circulante	189.851	128.367	947.145
Disponibilidades	738	2.245	81.506	386.065
Contas a receber, líquidas	-	-	442.438	494.845
Créditos com empresa controlada	122.495	100.234	-	-
Estoques	-	-	84.903	54.502
Tributos diferidos e a recuperar	58.410	22.581	301.144	289.431
Outros ativos	8.208	3.307	37.154	34.305
Realizável a longo prazo	371.540	571.360	1.571.202	1.407.318
Contas a receber, líquidas	-	-	30.613	107.073
Créditos com empresa controlada	371.540	571.360	-	-
Tributos diferidos e a recuperar	-	-	924.002	862.045
Operações com derivativos	-	-	610.850	435.522
Outros ativos	-	-	5.737	2.678
Permanente	3.762.195	3.255.421	4.353.821	3.537.540
Investimentos	3.761.150	3.255.421	582.894	-
Imobilizado, líquido	1.045	-	3.695.791	3.453.978
Diferido	-	-	75.136	83.562
Total do ativo	4.323.586	3.955.148	6.872.168	6.204.006
PASSIVO				
Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
	76.570	97.870	1.319.769	1.332.251
Pessoal, encargos e benefícios sociais	130	145	26.683	20.525
Fornecedores e consignações	846	147	506.900	541.950
Impostos, taxas e contribuições	68	-	103.205	117.287
Empréstimos e financiamentos	5.412	-	454.751	488.961
Juros sobre o capital próprio e dividendos	10.769	97.578	19.995	107.082
Provisões para contingências	-	-	29.358	-
Operações com derivativos	59.345	-	91.589	19.432
Outras obrigações	-	-	87.288	37.014
Exigível a longo prazo	1.504.216	-	2.809.599	1.014.477
Empréstimos e financiamentos	921.356	-	2.125.373	910.408
Provisão para contingências	-	-	80.150	72.214
Passivo a descoberto em coligadas	582.860	-	582.860	-
Provisão para déficit atuarial	-	-	1.306	-
Outras obrigações	-	-	19.910	31.855
Patrimônio líquido e recursos capitalizáveis	2.742.800	3.857.278	2.742.800	3.857.278
Patrimônio líquido	2.742.647	3.857.125	2.742.647	3.857.125
Capital social	1.873.347	1.873.347	1.873.347	1.873.347
Reservas de capital	1.164.754	1.164.754	1.164.754	1.164.754
Reservas de lucros	-	76.983	-	76.983
Lucros (prejuízos) acumulados	(295.454)	742.041	(295.454)	742.041
Recursos capitalizáveis	153	153	153	153
Total do passivo	4.323.586	3.955.148	6.872.168	6.204.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro 2001 e 2000
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de 1.000 ações)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
	Receita operacional bruta	-	-	3.841.246
Serviços de telecomunicações	-	-	3.135.081	2.678.026
Vendas de mercadorias	-	-	706.165	1.004.371
Deduções da receita bruta	-	-	(895.012)	(915.691)
Receita operacional líquida	-	-	2.946.234	2.766.706
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.075.783)	(1.022.601)
Custo das mercadorias vendidas	-	-	(580.637)	(666.560)
Lucro bruto	-	-	1.289.814	1.077.545
Receitas (despesas) operacionais	(647.030)	148.481	(1.597.441)	(738.178)
Comercialização dos serviços	-	-	(605.009)	(554.186)
Gerais e administrativas	(14.862)	(7.738)	(268.053)	(214.971)
Remuneração dos administradores	(1.383)	(1.130)	(3.142)	(2.902)
Outras despesas operacionais	-	-	(92.742)	(50.986)
Outras receitas operacionais	1.765	-	25.100	84.867
Equivalência patrimonial	(632.550)	157.349	(653.595)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas (despesas) financeiras	(647.030)	148.481	(307.627)	339.367
Despesas financeiras	(202.135)	(4.153)	(607.362)	(203.799)
Juros sobre o capital próprio	-	(60.908)	-	(60.908)
Receitas financeiras	14.272	8.315	65.885	66.664
Lucro (prejuízo) operacional	(834.893)	91.735	(849.104)	141.324
Despesas não operacionais, líquidas	-	-	(408)	(669)
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário, dos impostos e da reversão dos juros sobre o capital próprio	(834.893)	91.735	(849.512)	140.655
Item extraordinário	(278.769)	-	(278.769)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e da reversão dos juros sobre o capital próprio	(1.113.662)	91.735	(1.128.281)	140.655
Imposto de renda e contribuição social	45	(476)	14.664	(49.396)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	(1.113.617)	91.259	(1.113.617)	91.259
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	60.908	-	60.908
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.113.617)	152.167	(1.113.617)	152.167
Lucro líquido (prejuízo) por lote de 1.000 ações - R\$	(2,4295)	0,3320		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das operações (vide a seguir)	-	92.232	288.281	535.329
Das acionistas	-	1.125.085	-	1.233.638
Integralização de capital social	-	1.125.085	-	1.125.085
Acervo líquido incorporado da cisão da controladora	-	-	-	108.553
De terceiros	900.000	-	1.676.161	375.725
Empréstimos e financiamentos	900.000	-	1.676.161	343.870
Prêmio recebido na venda de opção de compra	-	-	-	31.855
Outras Origens	297.169	-	184.356	2.595
Dividendos recebidos	97.349	-	-	-
Recebimento de créditos da controlada - Telesp Celular S.A.	199.820	-	-	-
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante	-	-	184.356	2.595
TOTAL DAS ORIGENS	1.197.169	1.217.317	2.148.798	2.147.287
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Nas operações (vide a seguir)	180.868	-	-	-
Parcela cindida para a controlada	-	109.451	-	-
Investimentos permanentes na controlada - Telesp Celular S.A.	-	695.516	-	-
Adições ao imobilizado	1.119	-	835.284	731.491
Aquisição de participações em coligadas	70.735	-	70.735	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	276.081	-	276.081	-
Ágio pago na aquisição de investimentos	585.548	-	585.548	-
Efeito no capital circulante líquido decorrente de incorporação da subsidiária integral - Ceterp Celular S.A.	-	-	-	52.485
Ágio pago na aquisição da Ceterp Celular S.A.	-	-	-	84.265
Empréstimo concedido à controlada Telesp Celular S.A.	-	571.360	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	-	100.356	-	100.356
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	-	-	569.682	733.623
Pagamento de prêmios nas operações com derivativos	-	-	110.955	-
Outros investimentos	34	-	34	-
Outros	-	-	-	194
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.114.385	1.476.683	2.448.319	1.702.414
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	82.784	(259.366)	(299.521)	444.873
DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
Ativo Circulante				
No início do exercício	128.367	331.666	1.259.148	917.246
No fim do exercício	189.851	128.367	947.145	1.259.148
Aumento (Redução)	61.484	(203.299)	(312.003)	341.902
Passivo Circulante				
No início do exercício	97.870	41.803	1.332.251	1.435.222
No fim do exercício	76.570	97.870	1.319.769	1.332.251
Aumento (Redução)	(21.300)	56.067	(12.482)	(102.971)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	82.784	(259.366)	(299.521)	444.873
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS ORIGINADOS (APLICADOS) NAS OPERAÇÕES				
Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.01	31.12.00	31.12.01	31.12.00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.113.617)	152.167	(1.113.617)	152.167
Itens que não afetam o capital de giro	932.749	(59.935)	1.401.898	383.162
Resultado de equivalência patrimonial	632.550	(157.349)	653.595	-
Depreciação e amortização	75	-	600.777	549.557
Variação cambial e monetária do exigível a longo prazo	21.355	-	108.482	49.013
Variação cambial do realizável a longo prazo	-	-	(175.328)	(96.512)
Provisões para contingências	-	-	7.936	13.915
Tributos diferidos	-	-	(61.512)	2.428
Provisão para o fundo de pensão	-	-	-	(29.355)
Baixas do imobilizado	-	-	1.124	1.124
Venda de mercadorias a longo prazo	-	-	-	(107.073)
Amortização de prêmio de opção	-	-	(11.945)	-
Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos	-	97.349	-	-
Provisão para perda em investimentos	278.769	-	278.769	-
Lucro na venda de ações	-	65	-	65
Total	(180.868)	92.232	288.281	535.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Total do Patrimônio Líquido	
		Especial de Ágio	Ágio	Reserva Legal	Lucros a Realizar		Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 1999	434.719	1.065.044	-	40.539	249.153	477.521	2.266.976
Cisão parcial	(100)	(1.055.200)	-	-	-	-	(1.055.300)
Reserva de ágio reflexa	-	1.055.200	-	-	-	-	1.055.200
Aumento de capital:							
A.G.E. de 14 de janeiro de 2000	313.643	-	-	-	-	-	313.643
A.G.E. de 7 de novembro de 2000	1.125.085	-	-	-	-	-	1.125.085
Ágio na incorporação de ações	-	-	101.671	-	-	-	101.671
Efeito da incorporação da parcela dos minoritários	-	-	(2.026)	-	-	-	(2.026)
Lucro na venda de ações (acionistas dissidentes)	-	-	65	-	-	-	65
Reversão de reserva	-	-	-	-	(220.317)	220.317	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	152.167	152.167
Proposta para a destinação dos lucros:							
Reserva legal	-	-	-	7.608	-	(7.608)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(60.908)	(60.908)
Dividendos	-	-	-	-	-	(39.448)	(39.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2000	1.873.347	1.065.044	99.710	48.147	28.836	742.041	3.857.125
Provisão para déficit atuarial, líquido dos impostos	-	-	-	-	-	(861)	(861)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.113.617)	(1.113.617)
Reversão de reserva	-	-	-	(48.147)	(28.836)	76.983	-
Saldos em 31 de dezembro de 2001	1.873.347	1.065.044	99.710	-	-	(295.454)	2.742.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO 2001 E 2000
(Em milhares de reais, exceto valores por lote de mil ações)

1. HISTÓRICO E CONTEXTO OPERACIONAL

a. Histórico

Em 6 de julho de 1997, o Congresso Nacional, aprovou a Lei 9472/97 - Lei Geral das Telecomunicações. Essa lei permitiu a privatização do antigo Sistema TELEBRÁS e estabeleceu uma agência de regulamentação independente, denominada Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para a preparação da privatização do Sistema de Telecomunicações no país. Em 22 de maio de 1998, a Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS foi dividida em doze novas "holdings", utilizando o procedimento da Lei das Sociedades Anônimas, denominado cisão. As novas "holdings" e as suas respectivas subsidiárias eram compostas por três operadoras regionais de telefonia fixa, oito operadoras regionais de telefonia celular e uma operadora nacional de longa distância.

A Telesp Celular Participações S.A. ("TCP") é uma das oito "holdings" no serviço de telefonia celular como parte do processo de cisão da TELEBRÁS, controlando uma subsidiária denominada Telesp Celular S.A. ("TC").

Em leilão de privatização promovido pelo Governo Federal na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no dia 29 de julho de 1998, o controle acionário da "TCP", correspondente a 51,8% das ações ordinárias (19,3% do capital total), foi vendido ao consórcio Portelcom Participações S.A., transferindo as atividades da Sociedade para a iniciativa privada.

Atualmente a "TCP" é uma sociedade de capital aberto controlada pelo Grupo Portugal Telecom, através da Portelcom Participações S.A., que detém 40,22% do capital votante (14,05% do capital total) e da Portugal Telecom, SGPS, S.A., que detém 44,84% do capital votante (27,18% do capital total).

b. Contexto Operacional

A "TCP" detém 100% do capital da "TC" (Nota 2), a qual atua como operadora dos serviços de telefonia móvel celular no Estado de São Paulo, de acordo com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, que expirará em 5 de agosto de 2008, podendo ser prorrogada pelo poder concedente por mais 15 anos.

Em 27 de novembro de 2000, a controlada Telesp Celular S.A. celebrou o contrato de compra e venda de ações com a Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S.A. - CETERP, detentora de 100% das ações emitidas pela Ceterp Celular S.A., concessionária do serviço móvel celular Banda "A" nas cidades de Ribeirão Preto e Guataporã. Em 15 de dezembro de 2000, a "TC", visando amenizar os custos administrativos, comerciais e financeiros e aproveitar as sinergias entre as duas empresas, efetivou a incorporação do acervo líquido daquela empresa na data-base 30 de novembro de 2000.

Em 13 de janeiro de 2001 a "TCP" celebrou um contrato de compra e venda, objetivando a aquisição de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais das empresas Daini do Brasil S.A., Globaltelcom Telecomunicações S.A. e Inepar S.A. Participações em Investimentos de Telecomunicações, que detém o controle da Global Telecom S.A., operadora do serviço móvel celular na banda "B" nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Na mesma data foi celebrado um Instrumento de Promessa de Compra e Venda objetivando a aquisição dos 51% das ações ordinárias remanescentes (17% do capital total) das "holdings", cuja efetivação está condicionada à aprovação da ANATEL quanto à transferência do controle acionário da Global Telecom S.A. para a "TCP".

As partes solicitaram à ANATEL a autorização para que a "TCP" passe a atuar como Operador Técnico da Global Telecom S.A., face a comprovada experiência enquanto operadora celular no Estado de São Paulo.

A transferência do controle acionário poderá ainda se realizar na sequência da opção de migração para o Serviço Móvel Pessoal (SMP) por parte da "TCP", ou de qualquer modo, em 2003.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

a. Telesp Celular Participações S.A. - "TCP"

Foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 14 de janeiro de 2000, a reestruturação societária envolvendo as sociedades "TCP", "TC", Portelcom Participações S.A. ("Portelcom") e Celular Telecom Holding S.A. - CTH ("CTH").

A referida reestruturação societária incluiu:

- Aporte de capital na criação da "CTH" pela "Portelcom" com a versão de ativos representados pelo investimento e pelo ágio, gerado na aquisição da participação acionária pela "Portelcom" na "TCP" quando da privatização desta.
- Incorporação da "CTH" pela "TCP".
- Cisão parcial da "TCP" referente ao ativo diferido (ágio) incorporado da "CTH" e provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas da incorporadora.
- Incorporação da parcela cindida da "TCP" pela controlada "TC".
- Incorporação da totalidade das ações detidas por acionistas minoritários de emissão da controlada "TC" pela controladora "TCP" por meio de substituição dessas ações por ações de emissão da "TCP", tornando a "TC" uma subsidiária integral da "TCP".

A "CTH", empresa criada no processo de reestruturação, mediante a versão de ativos representados pelo investimento detido na "TCP" e respectivo ágio pago quando da aquisição deste investimento pela "Portelcom", constituiu provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas da incorporada, a qual reflete o valor líquido entre a totalidade do ágio a amortizar e o correspondente crédito fiscal, antes da sua incorporação pela controlada "TCP".

Quando da incorporação da "CTH" pela "TCP", a parcela correspondente à diferença entre o ágio e a provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporada, que representa o benefício fiscal futuro, foi creditada à conta de reserva especial de ágio na "TCP".

A parcela do acervo líquido originado da cisão parcial da "TCP", incorporado pela "TC", correspondente ao crédito fiscal futuro no valor de R\$ 1.055.200, foi registrada na conta de reserva especial de ágio no patrimônio líquido.

De acordo com estudos de viabilidade econômica este crédito será realizado em 10 anos.

A reserva especial de ágio na "TC" será capitalizada na medida em que o benefício fiscal for realizado em favor da "TCP", em face da cessão dos direitos a esta capitalização feita pela "Portelcom" em favor da "TCP".

O benefício fiscal gerado e registrado em 2001 na "TC", decorrente da amortização do ágio incorporado, foi de R\$ 108.554, dos quais R\$ 30.163 foram realizados financeiramente e poderão ser utilizados para aumento de capital. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais apresentam contas específicas relacionadas com ágio, provisão, respectivas amortizações e reversão da provisão constituída e crédito fiscal, cujos saldos são como segue:

	Consolidado	
	2001	2000
Ativo diferido	2.527.584	2.846.858
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos Acionistas Minoritários	(1.690.289)	(1.901.009)
Líquido	837.295	945.849
Amortização do ativo diferido	(319.274)	(319.274)
Reversão da provisão constituída	210.720	209.923
Crédito fiscal gerado	108.554	109.351
Efeito no resultado	-	-

A fim de propiciar uma melhor apresentação das demonstrações contábeis, o valor líquido do ágio e da provisão a amortizar de R\$ 837.295 que, em essência, representa o saldo do crédito fiscal, foi classificado no balanço como ativo corrente (R\$ 108.554) e ativo realizável

a longo prazo (R\$ 728.741) como tributos diferidos e a recuperar. Nas demonstrações de resultados, a amortização do ativo diferido, e a reversão da provisão e o correspondente crédito fiscal estão reclassificados no item "imposto de renda e contribuição social".

b. Global Telecom S.A.

Em 6 de fevereiro de 2001, a "TCP" adquiriu 49% das ações ordinárias com direito de voto e 100% das ações preferenciais das sociedades "holdings" "Daini", "Globaltelcom" e "Inepar", que participam majoritariamente no capital social da Global Telecom S.A., nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 13 de janeiro de 2001.

Em 27 de julho de 2001, após aprovação do órgão regulamentador ANATEL, as "holdings" "Daini", "Globaltelcom" e "Inepar" efetivaram a aquisição da participação detida pela Motorola NMG Brazil Inc., passando a deter 100% do capital da Global Telecom S.A.

A Sociedade assumiu, ainda, o compromisso de adquirir os 51% remanescentes das ações ordinárias por um valor equivalente a aproximadamente US\$ 76,300,000 sujeitos a variação da Libor mais 4%, após a aprovação dos órgãos governamentais competentes ou a partir da desregulamentação da indústria.

Em decorrência destas aquisições, a "TCP" e "holdings" apuraram respectivamente um ágio de R\$ 585.548 e R\$ 183.263 em relação às participações no patrimônio líquido das empresas adquiridas. Adicionalmente, as "holdings" tinham registrado ágio no montante de R\$ 113.196 decorrente de aquisições anteriores.

Foi promovida uma reestruturação societária que, através de incorporações sucessivas, transferiu o ágio pago pela "TCP" para as "holdings", que foi registrado pelo valor do benefício fiscal resultante dessa reestruturação (R\$ 193.231).

As "holdings", por sua vez, transferiram os ágios por elas pagos para a Global Telecom S.A. que foram registrados pelo valor do benefício fiscal criado (R\$ 95.271).

Após a reestruturação tanto as participações quanto o valor total dos ágios registrados na "TCP" permaneceram inalterados.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da controladora e consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e às normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam a correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido até 31 de dezembro de 1995, conforme legislação em vigor.

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 incluem os saldos e as transações da controlada "TC" e das controladas indiretas Telesp Celular International Ltd. e Telesp Celular Overseas. Na consolidação, todos os saldos e as transações relevantes entre as empresas foram eliminados.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

Representam os saldos existentes em caixa e bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Contas a Receber

Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas à venda de aparelhos celulares e acessórios.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída provisão para os créditos cujas chances de recuperação são

consideradas remotas.

d. Conversão das Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado. A variação cambial e os prêmios dos contratos de derivativos são apurados e contabilizados mensalmente, independente dos prazos para liquidação.

e. Estoques

São representados pelos aparelhos celulares e acessórios avaliados ao custo médio de aquisição. Foi constituída provisão para ajuste a valor de realização sobre os custos daqueles aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela controlada em um período razoável de tempo.

A partir de 01 de janeiro de 2001, eventuais perdas decorrentes da diferença entre o custo do aparelho e os preços de venda praticados pela controlada passaram a ser reconhecidas quando da efetiva venda, já que tais perdas são consideradas como custo para aquisição de novos clientes.

f. Despesas Antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

g. Investimentos

As participações societárias permanentes em coligadas e controladas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas indiretas sediadas no exterior estão atualizadas pela taxa de câmbio na data do encerramento do balanço patrimonial. As práticas contábeis das controladas diretas e indiretas são consistentes com as adotadas pela controladora.

h. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos. As despesas financeiras sobre empréstimos que estão financiando obras em andamento são apropriadas ao custo das mesmas. Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representem melhoria, aumento da capacidade ou de vida útil, são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do exercício.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças intertemporais, aos prejuízos fiscais e à base negativa de contribuição social são registrados no ativo, no pressuposto de sua realização futura.

O crédito fiscal decorrente da incorporação pela "TC" da parcela cindida da "TCP" será realizado no período de 10 anos, com base na expectativa de rentabilidade futura (Nota 2).

j. Empréstimos e Financiamentos

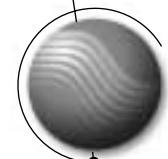
Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até a data do balanço.

k. Taxa do FISTEL

O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, gerada mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes equivalente a 20 meses. O valor da taxa do FISTEL paga anualmente sobre a base de clientes e ERB's (Estações Rádio-Base) é diferido para amortização durante o período de 12 meses.

l. Provisão para Contingências

São determinadas com base em opiniões de consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e estão atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.



m. Provisão para Fundo de Pensão

A "TCP" e sua controlada mantêm, com outras empresas do Sistema de Telecomunicações, uma entidade de previdência privada (SISTEL) para administrar o fundo de pensão e outros benefícios de aposentadoria para os seus empregados. As contribuições são reconhecidas de acordo com o regime de competência. Informações adicionais sobre o plano de pensão estão apresentadas na Nota 20.

n. Reconhecimento das Receitas

As receitas de serviços de telefonia celular consistem em tarifas de assinatura, tarifas de utilização, tarifa de uso da rede e tarifas de manutenção e outros serviços prestados a clientes. As receitas dos serviços pré-pagos são reconhecidas quando do recebimento, sendo constituída provisão para custos a incorrer quando da efetiva prestação dos serviços. As receitas de todos os demais serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As receitas não faturadas correspondentes ao encerramento do mês, são estimadas e reconhecidas durante o mês no qual o serviço foi prestado. As receitas de vendas de aparelhos celulares e acessórios são reconhecidas pela sua realização obedecendo ao regime de competência.

o. Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos e concedidos. Estão incluídos ganhos e perdas cambiais em contratos futuros de opção e de "swap".

p. Derivativos

A "TCP" e sua controlada possuem alguns derivativos em moeda estrangeira com o objetivo de administrar sua exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio referentes a seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Esses derivativos são registrados às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial e os prêmios pagos ou recebidos antecipadamente são diferidos para amortização no período de vigência dos respectivos contratos. Os ganhos e perdas, realizados ou não, calculados exclusivamente com base nas condições contratadas, são registrados como despesas financeiras líquidas.

q. Lucro por Mil Ações

Está calculado com base no número de ações em circulação na data do levantamento do balanço patrimonial.

5. MUDANÇAS DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2001 a "TCP" e sua controlada procederam a revisão de diversas estimativas para constituição de provisões como segue:

a. Taxas de Depreciação

Conforme descrito na Nota 12, com base em laudo de peritos independentes, a controlada procedeu a revisão da vida útil estimada dos bens de seu ativo imobilizado como segue:

Classe de bens	Vida Útil		Redução (Aumento) das Despesas Depreciação Exercício
	Anterior (em anos)	Nova (em anos)	
Equipamento de comutação analógica	5	6	26.054
Equipamento de comutação digital	7	10	7.519
Equipamento de transmissão analógica	5	5 - 25	75.248
Equipamento de transmissão digital	7	5 - 25	20.306
Central privada de comutação automática, equipamentos de energia, mobiliário, ferramentas e instrumentos, equipamentos de telessupervisão, benfeitorias em propriedades de terceiros e equipamentos de ar-condicionado	10	5 - 35	11.716

Classe de bens	Vida Útil		Redução (Aumento) das Despesas Depreciação Exercício
	Anterior (em anos)	Nova (em anos)	
Torres, outros suportes e protetores	25	20	(2.798)
Direitos de uso de "software" e equipamentos de informática	5	5 - 15	(6.895)
Prédios	25	35	1.122
Veículos	5	5	-
Impacto total no resultado do exercício			<u>132.272</u>

b. Provisão para Devedores Duvidosos

Face à prática corrente na indústria e níveis de recuperação de contas atrasadas, a controlada passou a calcular a provisão para devedores duvidosos para contas a receber de serviços vencidos há mais de 90 dias, quando anteriormente o cálculo era baseado em contas a receber vencidos há mais de 60 dias. A mudança resultou em um aumento no resultado do exercício de 2001 no montante de R\$ 7.855.

c. Provisão para Perda de Estoques

Até 31 de dezembro de 2000, a controlada constituía provisão para perda para todos os aparelhos celulares, cujos custos de aquisição fossem superiores ao valor de reposição. A partir deste exercício somente são constituídas provisões para estoques obsoletos e morosos. Esta mudança resultou em um estorno de provisão no montante de R\$ 13.148.

d. Taxa do FISTEL

Até 31 de dezembro de 2000, as taxas do FISTEL sobre as ativações de novos clientes eram debitadas a resultado quando pagas. Face à prática na indústria, a partir de 01 de janeiro de 2001 estas taxas passaram a ser diferidas para amortização durante o período estimado para fidelização dos clientes, resultando em um aumento do resultado do exercício no montante de R\$ 20.744.

As mudanças mencionadas anteriormente totalizaram um efeito a crédito ao resultado do exercício no montante de R\$ 114.853, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social.

6. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Caixa e bancos	16	133	47.221	33.925
Aplicações financeiras com liquidez imediata	722	2.112	34.285	352.140
Total	<u>738</u>	<u>2.245</u>	<u>81.506</u>	<u>386.065</u>

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2001	2000
Valores a faturar	186.391	298.111
Valores faturados	390.302	437.858
Provisão para devedores duvidosos	(103.642)	(97.803)
Títulos descontados	-	(36.248)
Total	<u>442.438</u>	<u>494.845</u>
Curto prazo		30.613
Longo prazo		107.073

A composição por idade do contas a receber de valores faturados é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2001	2000
A vencer	262.014	266.590
Vencidas - 1 a 30 dias	39.970	59.943
Vencidas - 31 a 60 dias	13.450	19.793
Vencidas - 61 a 90 dias	10.593	15.880
Vencidas - há mais de 90 dias	64.275	75.652
Total	<u>390.302</u>	<u>437.858</u>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Consolidado	
	2001	2000
Saldo do início do exercício	97.803	87.186
Complemento de provisão no exercício	94.043	128.918
Reversões	(88.204)	(118.301)
Saldo do final do exercício	<u>103.642</u>	<u>97.803</u>

As contas a receber de longo prazo referem-se a valores a faturar relativos à venda de aparelhos "Peg&Fale". Esses recebíveis serão realizados mediante carregamento efetuado pelos clientes do serviço "Peg&Fale" e estão registrados líquidos da provisão para devedores duvidosos, constituída com base no histórico de carregamentos.

8. ESTOQUES

	Consolidado	
	2001	2000
Aparelhos celulares digitais	108.224	60.578
Acessórios	1.763	1.421
Provisão para perdas de estoques	(25.084)	(7.497)
Total	<u>84.903</u>	<u>54.502</u>

9. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos a recuperar:				
Imposto de renda retido na fonte	48.007	13.433	48.270	17.752
Imposto de renda a recuperar	7.745	6.809	12.935	25.605
CSLL a recuperar	2.238	1.920	20.707	18.154
Crédito fiscal incorporado (Nota 2)	-	-	837.295	945.849
ICMS a recuperar	-	-	57.539	19.334
Tributos diferidos:				
Provisões para contingências	-	-	37.232	24.749
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	309	308	95.791	38.208
CSLL sobre base negativa	111	111	34.617	13.808
Outras diferenças temporárias	-	-	80.760	48.017
Total	<u>58.410</u>	<u>22.581</u>	<u>1.225.146</u>	<u>1.151.476</u>
Curto prazo			301.144	289.431
Longo prazo			924.002	862.045

A "TCP" e sua controlada possuem ativos no montante de R\$ 130.408 (R\$ 52.016 em 31 de dezembro de 2000), que correspondem ao imposto de renda e contribuição social calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 383.553 (R\$ 152.988 em 31 de dezembro de 2000). De acordo com a legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal poderá ser compensado com lucros tributáveis futuros, até o limite anual de 30% desses lucros.

Considerando que a controlada está amortizando o ágio da aquisição do investimento (que se tornou dedutível a partir da reestruturação societária descrita na Nota 2), a expectativa de prazo para geração de lucro tributável em montante suficiente para a absorção dos prejuízos é de 4 anos.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Créditos com fornecedores	-	-	1.161	24.352
Taxa do FISTEL	-	-	20.744	-
Encargos financeiros	-	-	1.313	4.920
Despesas antecipadas	-	-	2.400	603
Outros ativos	8.208	3.307	17.273	7.108
Total	<u>8.208</u>	<u>3.307</u>	<u>42.891</u>	<u>36.983</u>
Curto prazo			37.154	34.305
Longo prazo			5.737	2.678

11. INVESTIMENTOS

a) Participações nas Coligadas/Controlada

Investidas	Participação Ordinárias	Participação Preferenciais	Total da Participação
Telesp Celular S.A.	100%	100%	100%
Daini do Brasil S.A.	49%	100%	83%
Globaltelcom Telecomunicações S.A.	49%	100%	83%
Inepar S.A. Participações em Invest. de Telecom	49%	100%	83%

b. Quantidade de Ações Possuídas

Investidas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
Telesp Celular S.A.	31.411.707	49.505.725	80.917.432
Daini do Brasil S.A.	14.914.315	29.828.631	44.742.946
Globaltelcom Telecomunicações S.A.	2.732.190	5.464.381	8.196.571
Inepar S.A. Participações em Invest. de Telecom	13.710	27.415	41.125

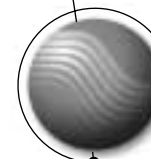
c. Informações das Coligadas e Controlada

Investidas	Patrimônio Líquido em 2001	Lucro Líquido (prejuízo) do exercício
Telesp Celular S.A.	3.178.256	21.045
Daini do Brasil S.A.	(366.192)	(625.739)
Globaltelcom Telecomunicações S.A.	(84.477)	(130.401)
Inepar S.A. Participações em Invest. de Telecom	(58.341)	(72.590)

d. Composição e Movimentação

Os investimentos da controladora referem-se à participação no capital da controlada Telesp Celular S.A., das "holdings" controladoras da Global Telecom S.A., ágio e adiantamento para futuro aumento de capital, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		
	2001	2000	
"Holdings"	Telesp Celular	Total	Total
Saldo inicial do investimento	-	3.255.421	1.031.417
Aumento do capital	-	-	695.516
Reestruturação societária - incorporação pela "TC" da parcela cindida pela "TCP"	-	-	1.055.200
Incorporação das ações dos minoritários da Controlada	-	-	415.314
Varição na participação dos minoritários de 28 a 31 de dezembro de 1999	-	-	(2.026)



	Controladora		2001		2000	
	Holdings	Telesp Celular	Total	Total	Total	Total
Aquisição de participações	70.735	-	70.735	-	-	-
Equivalência patrimonial	(653.595)	21.045	(632.550)	157.349	-	-
Ágio na aquisição das "holdings"	585.548	-	585.548	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	276.081	-	276.081	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(278.769)	-	(278.769)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(97.349)	(97.349)	(97.349)	-	-
Provisão para déficit atuarial, líquido de impostos	-	(861)	(861)	-	-	-
Reclassificação de passivo a descoberto em coligada para exigível a longo prazo	582.860	-	582.860	-	-	-
Investimentos nas coligadas e controlada	582.860	3.178.256	3.761.116	3.255.421	-	-
Outros investimentos	-	-	34	-	-	-
Saldo dos investimentos	582.860	3.178.256	3.761.150	3.255.421	-	-
Passivo a descoberto em coligadas	(582.860)	-	(582.860)	-	-	-
Investimento líquido	-	3.178.256	3.178.290	3.255.421	-	-

O ágio pago na aquisição das "holdings" controladoras da Global Telecom S.A., no montante de R\$ 585.548, será amortizado em 10 anos tomando por base a expectativa de lucratividade futura a partir do início da geração de resultados positivos, previsto para 2005.

A "TCP" registrou em 31 de dezembro de 2001 provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 582.860, correspondente à sua participação indireta no excesso dos passivos da Global Telecom S.A.

Adicionalmente, em decorrência do prejuízo apurado pela coligada Global Telecom S.A. e do seu endividamento, a "TCP" com base em avaliação independente dos ativos da Global Telecom S.A., optou por constituir uma provisão para perda no investimento no montante de R\$ 278.769, a qual foi registrada na demonstração de resultado como item extraordinário.

A controlada possui investimentos nas empresas Telesp Celular International Ltd. e Telesp Celular Overseas, estabelecidas no exterior, para obtenção e repasse de fundos através de empréstimos internacionais.

A controlada provisionou R\$ 65.778 de juros sobre o capital próprio, que foram creditados à controladora (R\$ 55.911 líquido de impostos).

Em 27 de novembro de 2000, a "TC" adquiriu da Ceterp a totalidade das ações de sua subsidiária integral Ceterp Celular S.A. pelo preço de R\$ 148.564. Em 15 de dezembro de 2000, a "TC", visando minimizar os custos administrativos, comerciais e financeiros, efetivou a incorporação da referida empresa adquirida.

e. Informações Consolidadas Pró-forma

Como mencionado anteriormente, a "TCP" possui indiretamente 49% do capital votante da Global Telecom S.A. (83% do capital das empresas "holdings" que a controlam). A ANATEL ainda não autorizou a transferência do controle acionário para a "TCP" e, conseqüentemente, o compromisso de compra dos 51% remanescentes do capital votante ainda não foi exercido. Entretanto, dada a relevância desse investimento, a "TCP" apresenta abaixo demonstrações contábeis consolidadas (pró-forma) incluindo a coligada Global Telecom S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	31.12.01
Disponibilidades	134.670
Contas a receber, líquidas	504.744
Estoques	141.772
Tributos diferidos e a recuperar	309.072
Outros ativos	45.650
Ativo circulante	1.135.908
Contas a receber, líquidas	30.613

Tributos diferidos e a recuperar	1.230.607
Operações com derivativos	610.850
Outros ativos	5.979
Realizável a longo prazo	1.878.049
Investimentos	314.788
Imobilizado, líquido	5.158.484
Diferido	314.869
Permanente	5.788.141
Total do Ativo	8.802.098
31.12.01	

PASSIVO

Pessoal, encargos e benefícios	31.695
Fornecedores e consignações	729.323
Impostos, taxas e contribuições	119.686
Empréstimos e financiamentos	667.216
Juros sobre o capital próprio e dividendos	19.995
Provisão para contingências	28.052
Operações com derivativos e outros	215.877
Passivo circulante	1.811.844
Empréstimos e financiamentos e prototores	4.220.136
Impostos, taxas e contribuições	37.679
Provisão para contingências e outros	107.714
Provisão para déficit atuarial	1.306
Exigível a longo prazo	4.366.835
Participações minoritárias	(119.381)
Capital social	1.873.347
Reservas de capital	1.164.754
Prejuízos acumulados	(295.454)
Patrimônio Líquido	2.742.647
Recursos capitalizáveis	153
Total do Passivo	8.802.098

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Receita operacional bruta	4.334.089
Deduções da receita bruta	(997.058)
Receita operacional líquida	3.337.031
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.064.327)
Lucro bruto	1.272.704
Despesas operacionais	
Comercialização dos serviços	(744.662)
Gerais e administrativas	(314.896)
Outras despesas operacionais, líquidas	(124.991)
Lucro operacional antes das despesas financeiras, líquidas	88.155
Despesas financeiras, líquidas	(1.076.196)
Prejuízo operacional	(988.041)
Despesas não operacionais, líquidas	(757)
Prejuízo antes do item extraordinário, dos impostos e das participações	(988.798)
Item extraordinário	(278.769)
Prejuízo antes dos impostos e das participações	(1.267.567)
Imposto de renda e contribuição social	14.664
Participação minoritária	139.286
Prejuízo do exercício	(1.113.617)

f. Garantias

A "TCP" prestou aval ao empréstimo da Global Telecom S.A. junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo em 31 de dezembro de 2001 era de R\$ 315.794. Nesta mesma data, diversas cláusulas contratuais relacionadas sobretudo ao nível de endividamento e capitalização, não estavam sendo cumpridas pela coligada. Nenhum ajuste referente a este assunto foi contabilizado pela coligada ou pela "TCP", já que vem ocorrendo negociações em relação ao cumprimento de tais obrigações.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	Consolidado			
	2001		2000	
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamento de comutação analógica	429.251	(292.326)	136.925	203.465
Equipamento de comutação digital	491.619	(75.621)	415.998	322.792
Equipamento de transmissão analógica	1.360.746	(897.541)	463.205	772.805
Equipamento de transmissão digital	904.260	(134.995)	769.265	295.049
Central priv. comutação autom., eqptos. de energia, ar-condicionado e telesserviço, mobiliário, ferramentas e instrum. e benfeitorias em propriedades de terceiros	732.370	(195.677)	536.693	388.489
Torres, outros suportes e prototores	244.399	(33.959)	210.440	151.272
Direitos de uso de "software" e equipamentos de informática	416.832	(112.724)	304.108	194.286
Prédios	98.773	(13.493)	85.280	64.478
Veículos	8.290	(3.601)	4.689	3.427
Terrenos	37.305	-	37.305	32.135
Outros	7.774	(1.106)	6.668	4.548
Bens e instalações em serviço	4.731.619	(1.761.043)	2.970.576	2.432.746
Bens e obras em andamento	725.215	-	725.215	1.021.232
Total	5.456.834	(1.761.043)	3.695.791	3.453.978

Em 2001 foram capitalizadas despesas financeiras, incorridas sobre empréstimos e financiamentos, que estão financiando as obras em andamento no montante de R\$ 55.685 (R\$ 110.627 em 2000).

Em função do constante desenvolvimento da tecnologia inerente às atividades da controlada, a Administração contratou empresa especializada para realizar avaliação das vidas úteis remanescentes dos bens que fazem parte do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2000. Tal avaliação resultou na definição de novas vidas úteis para cada item do imobilizado, levando em consideração as condições tecnológicas e de funcionamento dos mesmos.

As vidas úteis estimadas comparadas com as utilizadas até 31 de dezembro de 2000 e a composição dos valores dos aumentos e reduções das despesas de depreciação estão demonstradas na Nota 5.

13. DIFERIDO

	Consolidado	
	2001	2000
Ágio Ceterp Celular S.A.	84.265	84.265
Amortização acumulada	(9.129)	(703)
Total	75.136	83.562

O valor do ágio pago na operação no montante de R\$ 84.265 encontra-se registrado no ativo diferido e será amortizado no prazo máximo de 10 anos com base na estimativa de rentabilidade futura da empresa adquirida.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Salários e adicionais legais	108	132	11.199	6.843
Encargos sociais	22	13	13.651	11.875
Benefícios sociais	-	-	1.833	1.807
Total	130	145	26.683	20.525

15. FORNECEDORES E CONSIGNAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Fornecedores de materiais e serviços	801	139	437.134	483.851
Concessionárias de telecomunicações	-	-	43.024	34.411
Consignações a favor de terceiros	45	8	26.742	23.688
Total	846	147	506.900	541.950

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
ICMS	-	-	82.776	95.284
PIS e COFINS	-	-	13.276	13.527
FISTEL	-	-	4.750	8.476
FUST E FUNTTEL	-	-	2.335	-
Outros impostos, taxas e contribuições	68	-	68	-
Total	68	-	103.205	117.287

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Moeda estrangeira:				
Fornecedores	-	-	37.640	82.782
Instituições financeiras	62.782	-	382.007	909.877
Empresas associadas	863.986	-	1.727.073	-
Total moeda estrangeira	926.768	-	2.146.720	992.659
Moeda nacional:				
Instituições financeiras	-	-	433.404	406.710
Total moeda nacional	-	-	433.404	406.710
Total geral	926.768	-	2.580.124	1.399.369
Curto prazo	5.412	-	454.751	488.961
Longo prazo	921.356	-	2.125.373	910.408

a. Fornecedores

Empréstimos denominados em dólar norte-americano contratados junto a fornecedores para desenvolvimento da rede da "TC", com vencimento final até novembro de 2005 sobre os quais incidem juros variáveis de 2,5% acima da Libor.

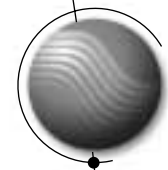
b. Instituições Financeiras

Operações de Resolução 4131, Resolução 63 e Euro-commercial paper sobre os quais incidem juros entre 2,5% e 7,7% ao ano e juros variáveis de 4% ao ano acima da Libor. Adicionalmente, estão incluídos valores a pagar referentes a "swaps" de moeda estrangeira.

c. Empresas Associadas

Empréstimos em moeda estrangeira subscritos pela controladora Portugal Telecom como parte da reestruturação da dívida de curto prazo da "TCP" e de sua controlada sobre os quais incidem juros fixos de 7,0% ao ano e juros variáveis de 3,0% a 3,5% acima da Libor ou Euribor.

	Moeda original (em milhares)			Equivalente em R\$
	Principal	Juros	Total	
Em 31 de dezembro de 2001				
Euros	461.000	2.399	463.399	956.283
Dólares norte-americanos	326.979	5.201	332.180	770.790
Total				1.727.073



d. Moeda Nacional

Os empréstimos em moeda nacional representam obrigações junto ao BNDES sobre as quais incidem juros de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais 4% ao ano.

Alguns dos contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval prestado pela "TCP", com exceção do empréstimo contratado junto ao BNDES para o qual foram dados em garantia recebíveis de serviços. Tais contratos contêm cláusulas restritivas relacionadas a limites de níveis de endividamento que, caso não cumpridos, representariam um direito do credor de antecipar o vencimento da dívida. Tais cláusulas vêm sendo cumpridas pelas empresas tomadoras dos referidos créditos.

e. Cronograma de Pagamentos

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são:

Vencimento	Consolidado			
	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	2001	2000	2001	2000
2002	-	75.938	-	72.231
2003	107.892	101.250	261.531	246.595
2004	107.892	101.250	1.019.617	5.298
2005	134.869	126.562	6.287	5.298
Após 2005	-	-	487.285	175.986
Total	350.653	405.000	1.774.720	505.408

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Na avaliação quanto à possibilidade dos riscos fiscais se converterem em contingência os seguintes aspectos devem ser levados em consideração:

- A possível existência de divergências quanto a interpretação na incidência tributária sobre algumas rubricas da receita.
- Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Secretaria da Fazenda, sujeitos à extinção completa da obrigação fiscal no transcurso do prazo de cinco anos a partir da data do lançamento.

A falta de harmonia da legislação tributária pode gerar discussões que, quando definitivamente concluídas pelo Poder Judiciário em favor do contribuinte, podem representar valores a receber pela controlada.

A Administração da controlada vem constituindo provisões para os riscos de natureza fiscal e cível cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis pelos seus consultores legais, como segue:

	Consolidado	
	2001	2000
ICMS sobre taxas de habilitação e outros serviços	62.279	56.555
COFINS	17.871	15.659
Adicional por chamada e deslocamento intra-área	24.840	-
Outras	4.518	-
Total	109.508	72.214
Curto prazo	29.358	-
Longo prazo	80.150	72.214

A movimentação das provisões para contingências é a seguinte:

	Consolidado	
	2001	2000
Saldo inicial	72.214	50.578
Novas provisões	29.358	13.915
Atualização das provisões	7.936	7.721
Saldo final	109.508	72.214

a. ICMS sobre Taxas de Habilitação e Outros Serviços

Em 19 de junho de 1998, as Secretarias Estaduais da Fazenda aprovaram um acordo interpretando a legislação fiscal vigente e determinando a ampliação da aplicação do ICMS, a fim de incidir não apenas sobre os serviços de telecomunicações, mas também sobre outros serviços, inclusive habilitação de celulares, os quais inicialmente não eram tributados. De acordo com essa nova interpretação da lei,

o ICMS pode ser aplicado retroativamente para os serviços de habilitação de linhas prestados nos últimos cinco anos.

A Administração da controlada acredita que a tentativa das Secretarias Estaduais da Fazenda de ampliar o alcance do ICMS para incluir serviços suplementares aos serviços básicos de telecomunicações seja ilegal, pois: (a) as Secretarias Estaduais excederam o âmbito de sua autoridade; (b) sua interpretação submeteria à tributação alguns serviços que não são considerados de telecomunicações; e (c) novos impostos não podem ser cobrados retroativamente. No entanto, a "TCP" acredita que a Telecomunicações de São Paulo – S.A. - TELESP, antecessora legal da "TC", seja responsável por quaisquer obrigações tributárias resultantes da aplicação retroativa do ICMS sobre as taxas de habilitação contabilizadas em períodos anteriores a 1998. Não foi efetuada nenhuma provisão nas demonstrações contábeis consolidadas para os períodos anteriores a 1998.

Não se pode assegurar que a controlada será bem sucedida ao assumir a posição de que a nova interpretação pelas Secretarias Estaduais da Fazenda é ilegal. Se o ICMS fosse retroativamente aplicado às taxas de habilitação cobradas durante os últimos cinco anos, isso originaria uma responsabilidade potencial máxima estimada em R\$ 187.000.

b. PIS e COFINS

A controlada está envolvida em dois processos judiciais: o primeiro questiona o aumento na taxa da COFINS e o segundo a mudança na base de cálculo do PIS e da COFINS. O valor referente ao aumento da alíquota da COFINS foi totalmente provisionado, enquanto que a expansão da base de cálculo do PIS e da COFINS não foi provisionado considerando a opinião dos assessores legais da Sociedade quanto às chances de êxito.

c. Adicional por Chamada e Deslocamento Intra-Área

A controlada está envolvida em processos judiciais devido à cobrança de Adicional por Chamada (AD) e Deslocamento (DSL-1) de certos planos de Serviços Alternativos. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2001 foi R\$ 24.840. A controlada já suspendeu as cobranças de "AD" e "DSL-1" na região intra-área.

d. Outras

A controlada, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisionou R\$ 4.518 referente a contingências fiscais e tributárias. Adicionalmente, a controlada é parte em diversos outros processos de natureza cível e fiscal, totalizando aproximadamente R\$ 22.000, para os quais não foram constituídas provisões para contingências, tomando por base a avaliação dos consultores legais da controlada.

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	2001	2000
Consultoria – tecnologia e gerenciamento (a)	36.822	10.227
Prêmio de opção de venda (b)	31.856	43.801
Custo da rede e bônus a clientes (c)	38.456	14.764
Outras obrigações	64	77
Total	107.198	68.869
Curto prazo	87.288	37.014
Longo prazo	19.910	31.855

(a) Essas obrigações são decorrentes do contrato firmado entre a controlada e a Portugal Telecom, SGPS, S.A., objeto da prestação de serviços em áreas de gestão empresarial.

(b) Em 2000, a controlada vendeu opções de compra no montante de US\$ 300.000.000 ao preço de R\$ 2,25 para US\$ 1,00, com vencimento em 24 de setembro de 2004. O prêmio recebido por tais opções está sendo apropriado na demonstração do resultado conforme o regime de competência, de acordo com o vencimento dos contratos.

(c) Obrigações relativas ao custo dos serviços a serem prestados decorrente dos serviços pagos antecipadamente e dos bônus concedidos aos clientes.

20. PLANO DE PENSÃO

A "TCP" e sua controlada patrocinam planos de complementação de aposentadoria e outros benefícios a seus empregados, como segue:

a. Plano de Contribuição Definida

Para aproximadamente 77% de seus empregados há um plano individual de contribuição definida, o Plano TCP PREV, instituído pela SISTEL em agosto de 2000. Esse Plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A "TC" é responsável pelo custeio das despesas administrativas e de manutenção do plano.

As contribuições do participante ao Plano TCP PREV são como segue:

- **Contribuição básica** - corresponde a um percentual inteiro de 1%, aplicado sobre o salário de participação, limitado à parcela previdenciária e a um percentual sobre a diferença não negativa entre o salário de participação e a parcela previdenciária, de acordo com a opção e idade do participante, variando de 1% a 8%.
- **Contribuição voluntária** - corresponde a um percentual de, no máximo, 22% sobre o salário de participação, escolhido pelo participante.
- **Contribuição esporádica** - corresponde a valor não inferior a dez vezes a parcela previdenciária.

As contribuições da patrocinadora ao Plano TCP PREV são como segue:

- **Contribuição básica** - iguais às contribuições básicas do participante.
- **Contribuição específica** - destinada a assegurar a observância do limite mínimo fixado na legislação para o valor do benefício.
- **Contribuição variável** - a patrocinadora poderá efetuar contribuições voluntárias ao plano, obedecendo a critérios uniformes e não discriminatórios para participantes vinculados.

Durante o exercício de 2001, a "TCP" e sua controlada efetuaram contribuições ao Plano TCP PREV no montante de R\$ 2.313 (R\$ 154 em 2000).

b. Plano de Benefício Definido

A "TCP" e sua controlada patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o PBS Telesp Celular, o qual em 2001 atende 39 participantes ativos e aposentados (57 em 2000). Além do benefício da suplementação, é fornecida assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os Planos PBS Telesp Celular e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do Plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do Plano PBS Telesp Celular.

Durante o exercício de 2001, a "TCP" e sua controlada efetuaram contribuições ao Plano PBS Telesp Celular no montante de R\$ 34 (R\$ 4.726 em 2000).

c. Deliberação CVM nº 371 - Contabilização de Planos de Pensão

A controlada optou por registrar os passivos atuariais referentes aos planos que patrocina conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2001, líquido dos efeitos tributários correspondentes. Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado, estando os ativos dos planos posicionados em 31 de dezembro de 2001, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício – Circular CVM/SEP/SNC nº 01/2002. Para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. A controlada pretende amortizar os ganhos ou perdas atuariais formados a partir de 2002 em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 371.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e plano de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2001, bem como as demais informações exigidas pela Deliberação CVM nº 371 sobre tais planos:

Plano	2001
TCP PREV	382
PAMA	924
Total	1.306

I - TCP PREV

I - a. Conciliação dos Ativos e Passivos	R\$
Total do passivo atuarial	70.054
Valor justo dos ativos	(69.672)
Passivo reconhecido no balanço	382

Embora o plano TCP PREV seja de contribuição definida, existe um risco atuarial de morte e invalidez de seus participantes que é arcado pela patrocinadora, sendo necessários os cálculos atuariais sobre tais riscos.

I - b. Despesa Prevista para 2002	R\$
Custo do serviço	6.192
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	322
Rendimento esperado dos ativos	(356)
Contribuição dos empregados	(2.884)
Total	3.274

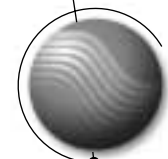
I - c. Premissas Atuariais	
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	14,45%
Taxa de crescimento salarial estimado	8,15%
Tábua biométrica de mortalidade geral	UP84 c/ 1 ano de agravamento
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Mercer
Número de participantes ativos do plano	1.316
Número de participantes em gozo do benefício do plano	27
Índice de aumento dos benefícios estimados	5%

II - PBS e PBS-A (Plano de Aposentadoria)
Embora o PBS e o PBS-A estejam superavitários em 31 de dezembro de 2001, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da impossibilidade legal de reembolso desse superávit, além do fato de este ser um plano não contributivo, o que impossibilita a redução de contribuições do patrocinador no futuro.

II - a. Conciliação dos Ativos e Passivos	PBS	PBS-A
Total do passivo atuarial	6.350	4.880
Valor justo dos ativos	(6.446)	(5.584)
Valor justo dos ativos em excesso do passivo atuarial	(96)	(704)

II - b. Despesa Prevista para 2002	PBS	PBS-A
Custo dos juros	35	531
Rendimento esperado dos ativos	(904)	(780)
Contribuições esperadas	(12)	-
Juros sobre obrigações atuariais	693	-
Total	(188)	(249)

II - c. Premissas Atuariais	PBS	PBS-A
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,30%	11,30%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	14,45%	14,45%
Taxa de crescimento salarial estimado	8,15%	8,15%
Índice de aumento dos benefícios estimado	5%	5%
Tábua de mortalidade geral	UP84 c/ 1 ano de agravamento	UP84 c/ 1 ano de agravamento
Tábua de entrada em invalidez	Mercer	Mercer
Número de participantes	39	17

**III - PAMA - Plano de Assistência Médica aos Aposentados**

Refere-se à participação proporcional da "TCP" do plano multipatrocinado - PAMA, conforme cálculos atuariais. Com base na opinião de seus assessores legais e atuários, a Sociedade, conservadoramente, optou por registrar essa obrigação potencial em 31 de dezembro de 2001.

III - a. Conciliação dos Ativos e Passivos

	R\$
Total do passivo atuarial	1.362
Valor justo dos ativos	(438)
Passivo reconhecido no balanço	924

III - b. Despesa Prevista para 2002

	R\$
Custo dos juros	80
Rendimento esperado dos ativos	(25)
Amortização dos serviços passados	185
Total	240

III - c. Premissas Atuariais

Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	6% aa
Taxa de retorno esperada sobre os ativos	6% aa
Taxa de crescimento dos custos médicos	4% aa
Tábua de mortalidade geral	GAM-71
Número de titulares em 30 de novembro de 2001	30
Número de dependentes em 30 de novembro de 2001	47

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A "TC" possui contratos de arrendamento mercantil. As despesas registradas no exercício de 2001 totalizaram R\$ 20.500 (R\$ 15.921 em 2000). O montante a ser pago decorrente de tais contratos atualizado pelas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2001 é de R\$ 43.158. Este saldo será pago em parcelas trimestrais até junho de 2004.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 é de R\$ 1.873.347. O capital, subscrito e integralizado, está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Lote de mil ações
Ações ordinárias	160.138.996
Ações preferenciais	298.228.776
Total	458.367.772

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% sobre o valor do capital social.

b. Reservas de Lucro e Lucros (Prejuízos) Acumulados

Com base no disposto no artigo 189 parágrafo único da Lei 6.404/76, o saldo da reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 28.836 e o saldo da Reserva Legal no montante de R\$ 48.147 foram revertidos à conta de Lucros (Prejuízos) acumulados.

	R\$
Lucros acumulados em 31.12.00	742.041
Provisão para déficit atuarial, líquida de impostos	(861)
Prejuízo do exercício	(1.113.617)
Absorção das reservas de:	
Lucros a realizar	28.836
Legal	48.147
Saldo dos prejuízos acumulados em 31.12.01	(295.454)

c. Dividendos

Considerando a inexistência de lucros originados no exercício e o saldo remanescente da conta lucros acumulados, neste exercício, a "TCP" não distribuirá juros sobre o capital próprio e/ou dividendos.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS (CONSOLIDADO)**a. Considerações sobre Risco**

A "TCP" é controladora da "TC", a qual explora os serviços de telefonia móvel no Estado de São Paulo, de acordo com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal. Possui também uma participação na Global Telecom S.A, operadora do serviço móvel celular da Banda B nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Ambas operadoras exploram também o negócio de compra e distribuição de aparelhos celulares através de canais próprios e rede de distribuição de maneira a fomentar suas atividades precípua.

Os principais riscos de mercado a que a "TCP" e a "TC" estão expostas na condução das suas atividades são:

- Risco de Crédito: decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes, bem como das vendas de aparelhos para a rede de distribuidores.
- Risco de Taxas de Juros: decorre da parcela da dívida e de prêmios de derivativos contratados a taxas flutuantes e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros (principalmente Libor, Euribor, TJP e CDI).
- Risco de Taxas de Câmbio: decorre da dívida e de prêmios de derivativos contratados em moeda estrangeira e está vinculado às perdas potenciais decorrentes de movimentos desfavoráveis nas taxas de câmbio.

Desde a sua criação, a "TCP" e a "TC" têm exercido uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que estão sujeitas, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitam mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. A "TC" tem 73,1% da sua base de clientes na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e que portanto não representa risco de crédito. A inadimplência de clientes no ano de 2001 representou 2,4% da receita bruta.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão que envolvem a aplicação de técnicas de "credit scoring", análise de balanço e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da "TC". A inadimplência na rede de distribuição representou apenas cerca de 1% das vendas de aparelhos durante o ano de 2001.

Risco de Taxas de Juros

A "TC" tem contratado operações financeiras com derivativos visando proteger sua exposição à Libor e Euribor. Em 31 de dezembro de 2001, estas operações somavam US\$ 149,17 milhões e representavam 61% do passivo indexado à Libor e Euribor.

Risco de Taxas de Câmbio

A "TCP" e a "TC" têm contratado operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos em moedas estrangeiras. Os instrumentos usualmente utilizados são contratos de "swap", opções e "forward".

O quadro abaixo resume a exposição líquida da "TCP" ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2001.

	US\$	US\$
Empréstimos e financiamentos	490.345	463.399
Instrumentos de "hedge"	705.000	250.241
Exposição líquida	(214.655)	213.058

O excedente da posição líquida em dólares está sendo utilizado para cobrir a exposição em euros. A "TCP" acredita que não existe um descasamento significativo no curto prazo entre a paridade dólar/euro, servindo portanto esta cobertura como um "hedge" efetivo para a exposição euro/real.

b. Operações com Derivativos

A "TCP" e a "TC" registram os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como despesas financeiras líquidas.

Os valores de principal das operações com derivativos de moedas e juros não são registrados no balanço patrimonial. Os resultados líquidos não realizados dessas operações são registrados pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças significativas com o valor de mercado de tais instrumentos em função do reconhecimento a valor presente dos custos futuros a serem incorridos nestas operações. O quadro abaixo apresenta uma estimativa da avaliação do valor contábil e do valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor Contábil	Valor Mercado	Ganho (Perda) Não Realizado
Empréstimos e financiamentos	2.580.124	2.406.360	173.764
Instrumentos derivativos	(478.734)	(136.700)	(342.034)
Total	2.101.390	2.269.660	(168.270)

O quadro abaixo mostra um resumo das posições assumidas pela "TCP" e "TC" em instrumentos derivativos.

Instrumentos derivativos	2003	2004	2006
"Forward" de US\$			
1. a) "Nocional" - US\$	-	300,000	-
b) Taxa contratada	-	1,18	-
2. a) "Nocional" - US\$	-	-	280,000
b) Taxa contratada	-	-	1,23
"Swaps" de /R\$			
1. a) "Nocional" -	-	250,342	-
b) Taxa ativa	-	Euribor+ 3,5%	-
c) Taxa passiva	-	104,6% CDI	-
Opções de US\$			
1. a) "Nocional" - US\$	-	(300,000)	-
b) "Strike"	-	2,25	-
2. a) "Nocional" - US\$	250,000	-	-
b) "Strike"	2,75	-	-
c) Cap	4,00	-	-
3. a) "Nocional" - US\$	175,000	-	-
b) "Strike"	2,75	-	-
c) Cap	3,25	-	-

A Administração da "TCP" acredita que as perdas não realizadas nas operações com derivativos em função dos critérios de contabilização adotados são reflexo do diferencial de taxas de juros entre a moeda local e a moeda estrangeira e que portanto tais variações representarão ao longo do tempo uma compensação com o custo de carregamento dos empréstimos e financiamentos.

As principais diferenças referem-se a diferenças temporais de reconhecimento do ganho de variação cambial sobre o principal em dólares dos contratos de "forward" de longo prazo, traduzidos à taxa de encerramento do balanço. Estes contratos pagam prêmios pós-fixados entre 35% e 38% do CDI sobre o valor "nocional" em dólares, os quais estão reconhecidos no balanço pelo regime de competência, considerando o prazo dos contratos.

c. Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de "swaps" e "forward", foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis. O valor de mercado das opções foi determinado utilizando-se o modelo de "Black-Scholes".

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, portanto as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2001	2000
Assinatura	820.734	798.731
Serviços (a)	2.314.347	1.879.295
Total das receitas de serviços de telecomunicações	3.135.081	2.678.026
Venda de mercadorias	706.165	1.004.371
Total da receita operacional bruta	3.841.246	3.682.397
Deduções da receita bruta	(895.012)	(915.691)
Impostos incidentes sobre a receita bruta	(675.809)	(701.567)
Descontos concedidos	(168.894)	(165.940)
Devoluções de mercadorias	(50.309)	(48.184)
Receita operacional líquida	2.946.234	2.766.706

(a) Serviços:

	Consolidado	
	2001	2000
Nacional	1.025.604	1.001.393
Deslocamento	70.031	75.911
Adicional por chamadas	62.537	51.158
Uso de rede	1.119.969	706.341
Outros serviços	36.206	44.492
Total das receitas de serviços de telecomunicações	2.314.347	1.879.295

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Consolidado	
	2001	2000
Pessoal	(25.383)	(28.395)
Materiais, alugueis e seguros	(78.035)	(47.604)
Energia elétrica, água e gás	(53.302)	(51.582)
Manutenção e conservação	(55.811)	(47.489)
Tarifas de uso de redes	(210.986)	(156.518)
Meios de conexão	(113.022)	(118.462)
Depreciação	(519.822)	(510.492)
Taxa do FISTEL	(1.803)	(47.605)
Outros	(17.619)	(14.454)
Total do custo dos serviços prestados	(1.075.783)	(1.022.601)
Custo das mercadorias vendidas	(580.637)	(666.560)
Total do custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.656.420)	(1.689.161)

26. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Consolidado	
	2001	2000
Pessoal	(61.797)	(53.356)
Materiais, alugueis e seguros	(19.803)	(18.052)
Transportes e comunicações	(25.482)	(26.781)
Publicidade e artes gráficas	(95.801)	(89.807)
Serviços de terceiros	(154.579)	(112.624)
Provisão para devedores duvidosos	(94.043)	(128.918)
Taxa do FISTEL	(67.753)	(43.023)
Depreciação	(21.845)	(8.804)
Outros	(63.906)	(72.821)
Total comercialização dos serviços	(605.009)	(554.186)

27. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Pessoal	-	-	(38.699)	(32.750)
Serviços de terceiros	(13.509)	(7.542)	(125.387)	(107.531)
Materiais, aluguéis e seguros	(893)	-	(22.139)	(16.811)
Transportes e comunicações	(6)	-	(27.699)	(19.782)
Depreciação	(75)	-	(50.684)	(29.558)
Outros	(379)	(196)	(3.445)	(8.539)
Total gerais e administrativas	<u>(14.862)</u>	<u>(7.738)</u>	<u>(268.053)</u>	<u>(214.971)</u>

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Receitas:				
Multas	-	-	14.517	24.354
Despesas recuperadas	-	-	4.366	16.608
Reversão da provisão do fundo de pensão	-	-	-	29.355
Outras receitas	1.765	-	6.217	14.550
Total	<u>1.765</u>	<u>-</u>	<u>25.100</u>	<u>84.867</u>
Despesas:				
Provisão para contingências	-	-	(37.308)	(7.721)
Consultoria – tecnologia e gerenciamento	-	-	(46.349)	(39.828)
Amortização do ágio da Ceterp Celular S.A.	-	-	(8.426)	(703)
Tributos (exceto IRPJ e CSLL)	-	-	-	(210)
Outras despesas	-	-	(659)	(2.524)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(92.742)</u>	<u>(50.986)</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>1.765</u>	<u>-</u>	<u>(67.642)</u>	<u>33.881</u>

29. DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Receitas:				
Juros sobre o capital próprio declarados	65.778	65.778	-	-
Aplicações financeiras	4.950	5.485	22.207	31.605
Juros de clientes e tributos	3.200	2.821	17.755	11.161
Descontos obtidos	284	-	1.711	15.521
Bonificações e prêmios	-	-	21.343	5.272
Outras	5.838	9	2.869	3.105
Reclassificação juros / capital próprio para equivalência patrimonial	(65.778)	(65.778)	-	-
Total	<u>14.272</u>	<u>8.315</u>	<u>65.885</u>	<u>66.664</u>
Despesas:				
Encargos financeiros	(169.467)	-	(476.108)	(161.486)
Variações monetárias/cambiais	(22.083)	-	(95.347)	(15.304)
Outras	(10.585)	(4.153)	(35.907)	(27.009)
Total	<u>(202.135)</u>	<u>(4.153)</u>	<u>(607.362)</u>	<u>(203.799)</u>
Total das receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(187.863)</u>	<u>4.162</u>	<u>(541.477)</u>	<u>(137.135)</u>

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A "TCP" e sua controlada provisionam mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, obedecendo ao regime de competência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a "TCP" apurou um prejuízo fiscal de R\$ 97.955 e uma base negativa de contribuição social de R\$ 98.073. Sua controlada gerou um prejuízo fiscal de R\$ 230.326 e uma base negativa de contribuição social de R\$ 231.210, a serem

compensados com lucros gerados nos exercícios seguintes limitados a 30% do resultado tributável em cada período-base subsequente, conforme legislação em vigor.

a. Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Imposto de renda	-	(312)	10.691	(35.735)
Contribuição social	45	(164)	3.973	(13.661)
Total	<u>45</u>	<u>(476)</u>	<u>14.664</u>	<u>(49.396)</u>

b. Conciliação de (Despesa) Crédito Tributário com a Alíquota Padrão

Em 2001, a despesa tributária foi apurada com base na alíquota vigente 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro). Em 2000, a despesa tributária foi apurada com base na alíquota vigente de 37% (25% de imposto de renda e 12% de contribuição social sobre o lucro) no mês de janeiro e 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) de fevereiro a dezembro. Os impostos sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social foram calculados com base na alíquota de 34%.

	Controladora	
	2001	2000
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1.113.662)	91.735
Itens que afetaram o resultado sem constituição do imposto de renda e da contribuição social		
Equivalência patrimonial em coligadas e controlada	632.550	-
Item extraordinário	278.769	-
Lucro tributável (prejuízo fiscal)	<u>(202.343)</u>	<u>91.735</u>
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	-	(31.226)
Itens que afetaram o resultado do imposto de renda e da contribuição social		
Equivalência patrimonial	-	31.134
Parcela cindida de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	(384)
Outros	45	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>45</u>	<u>(476)</u>

Consolidado

	Consolidado	
	2001	2000
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1.128.281)	140.655
Itens que afetaram o resultado sem constituição do imposto de renda e a contribuição social		
Equivalência patrimonial em coligadas	653.595	-
Juros sobre o capital próprio	(65.778)	-
Resultado da controladora	202.343	-
Item extraordinário	278.769	-
Lucro tributável (Prejuízo fiscal)	<u>(59.352)</u>	<u>140.655</u>
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	20.180	(48.661)
Itens que afetaram o resultado do imposto de renda e a contribuição social		
Gratificações a administradores	(220)	-
Parcela cindida de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	(384)
Juros sobre lucros não disponibilizados	(785)	-
Doações	(4.354)	-
Outros	(157)	(351)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>14.664</u>	<u>(49.396)</u>

31. COMPROMISSOS COM A ANATEL (NÃO AUDITADO)

Os compromissos com a ANATEL vêm sendo monitorados pela controlada e encontram-se satisfatoriamente atendidos, estando disponíveis para acompanhamento na página eletrônica da ANATEL no endereço www.anatel.gov.br.

32. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2001, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e/ou de alto risco estão cobertos por seguros.

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2001 e 2000, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o grupo controlador e suas coligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Ativo:				
Contas a receber de serviços	-	-	1.254	-
Créditos com a empresa controlada	494.035	671.594	-	-
Investimentos	3.761.116	3.255.421	582.860	-
Outros ativos	1.765	3.307	1.765	-
Passivo:				
Fornecedores e consignações	-	-	3.197	-
Empréstimos e financiamentos	863.986	-	1.727.073	-
Juros sobre o capital próprio e dividendos	-	28.330	-	28.330
Outras obrigações	46.686	-	83.508	10.226
Resultado:				
Receitas de serviços de Telecomunicações	-	-	1.254	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(2.607)	-
Comercialização dos serviços	-	-	(15.281)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-	(425)	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	107.351	(25.115)	80.392	(25.115)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.765	-	(44.589)	(39.828)
Equivalência patrimonial	(632.550)	157.349	(653.595)	-

As principais transações com partes relacionadas são:

- (a) **Contas a receber de serviços:** Representam os serviços de atendimento de clientes da Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. em roaming na rede da "TC";
- (b) **Créditos com empresa controlada:** Representam os dividendos e juros sobre o capital próprio e o contrato de assunção de dívida, devidos pela "TC" à "TCP". Os valores dos dividendos e juros sobre o capital próprio estão sendo corrigidos monetariamente;
- (c) **Investimentos:** Representam a participação societária na "TC", o Ágio pago na aquisição de participação societária na Global Telecom S.A. e o adiantamento para futuro aumento de capital efetuado na Global Telecom S.A. (Nota 11 – Investimentos);
- (d) **Fornecedores e consignações:** Representam serviços de atendimento de clientes da "TC" em roaming na rede da TMN e serviços de assessoria e consultoria financeira prestados pela PT Ásia;
- (e) **Empréstimos e financiamentos:** Representam os empréstimos entre empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador. (Nota 17 – Empréstimos e Financiamentos);
- (f) **Outras obrigações:** Representam obrigações da "TC" com empresas do grupo controlador. (Nota 19 – Outras Obrigações);

(g) **Receitas de serviços de telecomunicações:** Representam as receitas dos serviços de atendimento de clientes da TMN em roaming na rede da "TC";

(h) **Custo dos serviços prestados:** Representam os custos com manutenção de software dos serviços pré-pagos, prestados pela PT Inovação à "TC";

(i) **Comercialização dos serviços:** Representam despesas com serviços prestados com "call center" pela Mobitel S.A. Telecomunicações;

(j) **Gerais e administrativas:** Representam as despesas com serviços de assessoria prestados por diversas empresas pertencentes ao Grupo Controlador;

(k) **Receitas (despesas) financeiras, líquidas:** Representam as despesas com encargos e variação cambial de empréstimos de empresas pertencentes ao Grupo Controlador. (Nota 17 – Empréstimos e Financiamentos);

(l) **Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:** Representam as despesas com a prestação de serviços em áreas de gestão empresarial, conforme contrato firmado entre a "TC" e a Portugal Telecom, SGPS, S.A.

São Paulo, 1º de março de 2002.

FRANCISCO JOSÉ DE AZEVEDO PADINHA
Diretor Presidente

CARLOS MANUEL DE LUCENA E VASCONCELLOS CRUZ
Diretor Vice-Presidente

MARIA PAULA DE ALMEIDA MARTINS CANAIS
Diretora de Relações com Investidores

GUILHERME SILVÉRIO PORTELA SANTOS
Diretor

JOSÉ PEDRO FARIA PEREIRA DA COSTA
Diretor

ÁLVARO JOSÉ ROQUETTE MORAIS
Diretor

GILSON RONDINELLI FILHO
Diretor

LUIS FILIPE S. C. B. DE AVELAR
Diretor

CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA
Diretor

REINALDO ALVES DE ARAÚJO
CRC 1SP 146.081/O-7

Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Luís Murteira Nabo	Presidente do Conselho
Miguel António Igrejas Horta e Costa	Vice-Presidente do Conselho
Norberto Veiga de Sousa Fernandes	Vice-Presidente do Conselho
Francisco José de Azevedo Padinha	Conselheiro
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz	Conselheiro
Gilson Rondinelli Filho	Conselheiro
Zeinal Abedin Mohamed Bava	Conselheiro
Eduardo Perestrelo Correia de Matos	Conselheiro
Rui Manuel de M. d'Espiney Patrício	Conselheiro
António Joaquim S. Gomes de Azevedo	Conselheiro
Iriarte José de Araújo Esteves	Conselheiro
Paulo José Soares	Conselheiro
José Pedro Faria Pereira da Costa	Conselheiro
Pedro Amadeu Albuquerque Santos Coelho	Conselheiro
Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes	Conselheiro
Estanislau José da Mata Costa	Conselheiro
Guilherme Silvério Portela Santos	Conselheiro
Maria Paula de Almeida Martins Canais(1)	Conselheira
Antônio Gonçalves de Oliveira	Conselheiro

DIRETORIA

Francisco José de Azevedo Padinha	Diretor Presidente
Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz	Diretor Vice-Presidente
Maria Paula de Almeida Martins Canais	Diretora de Relações com Investidores
Guilherme Silvério Portela Santos	Diretor
José Pedro Faria Pereira da Costa	Diretor
Álvaro José Roquette Morais (2)	Diretor
Gilson Rondinelli Filho (2)	Diretor
Luis Filipe S. C. B. de Avelar (2)	Diretor
Carlos Alberto Ferreira da Silva (2)	Diretor

CONSELHO FISCAL

Paulo Oliveira Lima (1)	Efetivo
Francisco Ravara Cary	Efetivo
José Alberto B. da Câmara Graça	Efetivo
Miguel Ramos de Carvalho	Suplente
Sergio Vieira Branco	Suplente
Sydney Alberto Latini (1)	Suplente

(1) Eleitos em Assembléia Geral Extraordinária em 24.01.2002.

(2) Eleitos em Reunião de Conselho de Administração em 27.01.2002.

Comissão de Vencimentos

Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida
Luis Filipe Nunes Cabral Moura

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Telesp Celular Participações S.A.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (controladora) e consolidados da TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela

Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Telesp Celular Participações S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

São Paulo, 1º de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC 2SP000123/O-1

Francisco Papellás Filho

Sócio-Diretor Responsável

Contador - CRC 1SP127815/O-2



Parecer Do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,
O CONSELHO FISCAL da TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., em reunião realizada nesta data, em observância ao disposto no art. 163, da Lei nº 6404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2001, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas, além dos demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Empresa. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por

representantes da Companhia, e tendo em conta, ainda, o parecer dos auditores independentes, "Arthur Andersen S/C", datado de 01 de março de 2002, o CONSELHO FISCAL é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições legais pertinentes e refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Companhia no referido exercício social, razão pela qual opina favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembléia Geral de Acionistas.

São Paulo, 07 de março de 2002.

O Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A., tendo examinado o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de Encerramento do Exercício Social de 2001, integradas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicações dos Recursos e Notas Explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela

Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando, ainda o Parecer dos Auditores Independentes, "Arthur Andersen S/C", datado de 1º de março de 2002, aprova os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo, 07 de março de 2002.

O Conselho de Administração